

lex

SERVIÇOS JURÍDICOS

Contencioso e novos negócios prometem animar 2016

Em 2016, o trabalho na advocacia de negócios promete seguir as pisadas de 2015. Alguma recuperação económica vai chamar novos negócios, mas a destruição causada pela crise alimentará a área de contencioso.

JOÃO MALTEZ
jmaltez@negocios.pt

As áreas de contencioso, fusões e aquisições e de apoio ao investimento, em particular no imobiliário, prometem ser das mais activas ao longo deste ano no sector da chamada advocacia de negócios. A expectativa é avançada por um painel de advogados cujas sociedades a que estão ligados privilegiam a prestação de serviços jurídicos às empresas. A tendência será, assim, de continuidade face ao trabalho desenvolvido em 2015, mas poderá ser moldada, segundo os mesmos actores, pelo contexto político a nível interno e pelo evoluir da conjuntura económica internacional.

“Caso se mantenha um cenário de estabilidade e consolidação da situação económica e financeira do país, e não se registando grandes alterações na conjuntura internacional, é previsível que se continue a desenvolver o investimento no país. É expectável que se mantenham elevados níveis de actividade na área das fusões e aquisições”, defende Francisco de Brito e Abreu, sócio da Uriá Menéndez-Proença de Carvalho em declarações ao Negócios.

Esta é, aliás, uma ideia também deixada por Diogo Xavier da Cunha, managing partner da Miranda & Associados, quando admite que caso não haja uma retracção ao nível do investimento, “as áreas de societário, imobiliário e bancário e financeiro devem poder crescer um pouco”. Isto, embora neste âmbito haja sempre “uma maior dependência de factores externos e da percepção dos investidores de que o país continua a ser um bom destino de investimento”.

João Miranda de Sousa afina pelo mesmo diapasão, ao lembrar que, por cá, se nota uma presença cada vez mais



Pedro Elias

O colapso de algumas instituições bancárias nacionais promete dar mais trabalho aos advogados da área de contencioso.

acentuada das firmas internacionais de consultoria estratégica e financeira. Tal facto é, em sua opinião, “um indicio forte de que Portugal é um mercado atractivo para operações de investimento estrangeiro, reestruturações ou consultoria estratégica”.

Portugal tornou-se um mercado atractivo para operações de investimento estrangeiro, acredita o advogado João Miranda de Sousa.

Devido à atractividade de Portugal para os investidores estrangeiros, o mercado de fusões e aquisições, nos mais variados sectores, deverá continuar em crescimento e a ser fonte substancial de trabalho multidisciplinar para as sociedades de advogados, como espera Luís Filipe Carvalho, sócio da ABBC.

A par do apoio jurídico ao investimento em distintas áreas, com especial relevo para o imobiliário, “haverá também, certamente, ainda bastante actividade na área do contencioso, fruto quer da crise que afectou vários dos mais importantes grupos nacionais em diversos sectores nos últimos anos, quer dos processos de rápida transformação do nosso tecido empresarial e

financeiro que se lhe seguiram”, sublinha Francisco de Brito e Abreu.

Face ao exposto, Luís Pais Antunes, actual líder da PLMJ, afirma que há boas razões para acreditar que “o mercado português da prestação de serviços jurídicos vai continuar o caminho da recuperação” e que as áreas em clara expansão, como o imobiliário ou as fusões e aquisições irão, em breve, ter a companhia de outras áreas, como as dos serviços de apoio ao mercado de capitais ou as práticas preventivas de “compliance”. O mesmo advogado também acredita que o processo penal e o contencioso poderão ganhar relevo, especialmente no domínio dos chamados crimes de “colarinho branco”. ■

Economia internacional e nível de confiança interna deixam dúvidas

Casos que vão agitar o sector

Se há área que promete dar trabalho mediático aos prestadores de serviços jurídicos em 2016 essa é, sem dúvida, a do contencioso. Na linha da frente estão os diferendos que resultam das soluções adoptadas para algumas instituições financeiras, como o Banif, Novo Banco ou ainda o BPN, que já movimentam ou prometem movimentar os advogados nas diferentes frentes de litígio. A par da litigância que chegou para ficar em torno do sector financeiro português, há uma nova frente que promete seguir caminho indêntico, mas desta feita opondo empresas privadas e o Estado. Trata-se dos processos que envolvem a privatização da TAP, que o actual Governo pretende reverter; mas também das subconcessões dos sistemas de transportes colectivos de Lisboa e do Porto, igualmente contestados pelo Executivo de António Costa. Não se estranha, por isso, que o advogado Diogo Xavier da Cunha diga que em 2016 "não é de por de parte o de crescimento da litigiosidade, tanto entre privados como com o Estado".

A crise que afectou vários dos mais importantes grupos nacionais promete não dar tréguas aos advogados de contencioso em 2016.

As situações política e económica internacional, mas também as incertezas geradas em torno da confiança que a conjuntura a nível interno pode ou não gerar são duas das frentes que mais dúvidas suscitam quando está em causa a evolução ao longo do ano da actividade empresarial e do apoio jurídico que é prestado aos actores económicos. Pelo menos é esta a convicção entre os advogados inquiridos pelo Negócios.

Um ano de desafios é o que se espera de 2016 Luís Pais Antunes. "Desde logo, o da consolidação da tendência de recuperação económica que marcou 2014 e 2015, num contexto marcado pela recente evolução negativa da situação política internacional", acrescenta o "managing partner" da PLMJ. O mes-

mo advogado faz crescer a este aspecto o facto de "o recente impasse político em Portugal poder afectar a actividade empresarial nos primeiros meses do ano e gerar algum recuo no ritmo de investimento das empresas".

Pedro Raposo, sócio da PRA & Associados, diz também que do ponto de vista do investimento, "a incerteza política complica claramente as decisões das empresas nacionais, mas sobretudo internacionais". De qualquer forma, adianta, "a implementação dos projectos já em curso sugere a manutenção dos mesmos níveis de solicitação [de serviços jurídicos] de 2015". Uma expectativa que, de resto, é partilhada por Pedro Rebelo de Sousa, sócio da SRS. E não só.

Com optimismo moderado é como encara Carlos Lucena, da Telles de Abreu, o próximo ano, admitindo que os temas fiscais poderão estar, uma vez mais, na ordem do dia, e por isso esta área de prática poderá estar particularmente activa. "Note-se, por exemplo, que a previsão de regresso do imposto sucessório tem levado muitos clientes a antecipar a execução de reorganizações que até já poderiam estar pensadas, mas cuja implementação ainda estaria distante", frisa o mesmo advogado.

Já Martim Menezes, sócio da CCA-Ontier, entende que, tendo em conta o panorama político a que se assiste, "é expectável que o risco seja maior para 2017/2018 do que para 2016". Assim, admite que as áreas de fiscal, imobiliário e socie-

tário poderão estar ainda mais activas, tal como "é expectável que as empresas passem a apostar cada vez mais na internacionalização e num modelo de cooperação intercontinental". Daí que não se estranha a aposta de Nuno Galvão Teles, líder da Morais Leitão, que aponta para a existência de fundadas expectativas de continuação de crescimento da sua firma "tanto no mercado doméstico como no mercado internacional".

Apesar das ideias menos optimistas, Maria João Ricou, líder da Cuatrecasas-Gonçalves Pereira, admite um acréscimo de trabalho. Neste âmbito, as áreas de fiscais e aquisições, capital de risco, fiscal, financeiro e contencioso e arbitragem poderão marcar o trabalho dos advogados ao longo do ano. ■



As sociedades de advogados terão [...] que reforçar a sua capacidade de gerar valor junto dos clientes.



LUÍS FILIPE CARVALHO
Sócio da ABDC e associados



[Será positivo para os investidores] se não se assistir a um retrocesso no clima de maior confiança que se vinha a sentir.



CARLOS LUCENA
Managing partner da sociedade Telles de Abreu



Adivinham-se algumas alterações no quadro normativo fiscal que deixam antever um incremento de actividade.



JOÃO MIRANDA DE SOUSA
Managing partner da Garrigues



[Defendo] um pacto que evite diplomas desnecessários ou modificações legislativas infundadas.



PAULO CÂMARA
Managing partner da Sêrvulo & Associados